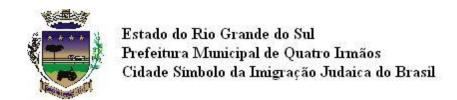


PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 020/2025, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAO PAULO BALBINOT, Prefeito de Quatro Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- **Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar (01) um(a) médico(a) Pediatra para atendimento especializado junto à Unidade Básica de Saúde de Quatro Irmãos/RS.
- **Art. 2º**. A remuneração mensal do (a) profissional será de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).
- **Art. 3º.** As obrigações, atribuições e carga horária estão previstas no anexo único que de ora em diante integra a presente Lei.
- **Art. 4°.** A contratação do profissional será efetivada via contrato administrativo e o (a) contratado (a) será vinculado (a) ao Regime Geral da Previdência Social/RGPS, cabendo-lhe os direitos e deveres previstos na Lei Municipal nº 007, de 29/01/2001 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO) e nos demais dispositivos legais vigentes no município.
- **Art. 5º**. O contrato a ser celebrado com o (a) profissional contratado (a) por esta lei terá duração de até 02 (dois) anos a contar da assinatura, conforme previsão contida no art.234 da Lei Municipal nº 007/2001, podendo ser renovado por igual período, sendo que o (a)contratado (a) terá na vigência do contrato os mesmos direitos e reajustes salariais concedidos aos servidores públicos municipais, bem como ao vale-alimentação.
- **Art. 6°.** O (a) contratado (a) de que trata a presente lei somente terá direito ao adicional de insalubridade previsto no ordenamento legal municipal vigente (*art.87 e seguintes da Lei 007/2001*), desde que o laudo técnico confirme a exposição e o grau.
- **Art. 7°.** O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela municipalidade, mediante comunicação prévia ao contratado (a), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- **Art. 8º**. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, ficando ainda autorizado ao Chefe do Poder Executivo, proceder às suplementações que se fizerem necessárias para o cumprimento desta Lei.

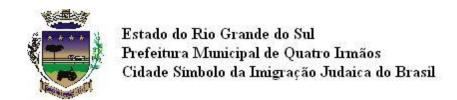


Parágrafo único. Fica ajustado ainda para custeio das despesas desta Lei, as projeções dos anexos e metas constantes do PPA e LDO vigentes em razão de previsão orçamentária na LOA.

- **Art. 9º**. A contratação de que trata esta Lei será precedida de processo seletivo simplificado, mediante Prova de Títulos e/ou escrita.
- **Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Quatro Irmãos/RS, em 14 de março de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO ÚNICO

QUADRO: NÃO-EFETIVO

CARGO: MÉDICO (A) PEDIATRA

SÍNTESE DE DEVERES: Realizar atendimento pediátrico em pacientes da Unidade Básica de

Saúde.

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÕES: Atender seus pacientes com dignidade e respeito, porque o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional, devendo: examinar o paciente utilizando os instrumentos adequados; requisitar exames de laboratório, de imagem e outros que o caso do (a) paciente necessite; interpretar laudos e resultados de exames; dar orientação ao bebê e familiares relativa à nutrição, higiene e cuidados; manter atualizado e com todos os dados o prontuário do (a) paciente; prestar o acompanhamento de paciente (s) encaminhado (s) por outro profissional; solicitar apoio de outros profissionais para um correto diagnóstico, se for o caso; alimentar o(s) sistema (s) do e-SUS ou outros disponíveis; preencher o (s) formulário (s) para encaminhamento(s) para outro(s) centro(s) de saúde de referência; prescrever tratamento adequado priorizando pela prescrição de fármacos disponíveis na Atenção Básica; participar de todas as ações da Secretaria de Saúde quando convidado ou convocado; comunicar ao Secretário ou Chefia imediata qualquer intercorrência relacionada ao atendimento ou com colega(s) de trabalho; participar de cursos, treinamentos e palestras como forma de aprimoramento; encaminhar paciente(s) que necessite (m) de atendimento em outros níveis do sistema, garantindo a referência e contrarreferência; preencher todos os documentos necessários e imprescindíveis para encaminhamento(s) via GERCON ou outro sistema que venha a substituí-lo; executar outras tarefas afins, sempre dentro das normas médicas e éticas preconizadas pelo CREMERS no código de ética e nas resoluções; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência, inclusive as previstas no regulamento da profissão; dirigir veículos oficiais desde que devidamente habilitado (a).

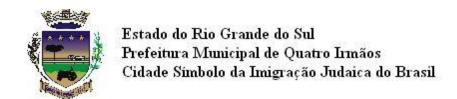
CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Carga horária: 08 (oito) horas semanais/ 40 (quarenta) horas mensais;
- b) O exercício da atividade poderá exigir a presença do(a) servidor(a) no horário noturno, finais de semana e feriados;
- c) O cargo exige atendimento ao público da UBS e em serviço externo, se for o caso.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a- Curso Superior em Medicina;
- b- Idade mínima: 25 anos;
- c- Habilitação profissional: habilitação legal para o exercício da medicina com o respectivo registro no Órgão de Classe e com o Registro de Qualificação de Especialista-RQE em Pediatria.

RECRUTAMENTO: Processo Seletivo Simplificado.



JUSTIFICATIVA

Exmo. Senhor Presidente,

Senhores (as) Vereadores (as):

O presente projeto tem por finalidade a contratação temporária de 01 profissional Médico Pediatra para atender 8h semanais junto a unidade de saúde do município.

A contratação se faz necessária a fim de dar um melhor atendimento médico na área de pediatria do Município, evitando o transporte de pacientes para outros centros médicos, principalmente por se tratarem de crianças.

Dessa forma, as regras propostas garantem um equilíbrio entre a necessidade de provimento de cargos, a legalidade das contratações e a otimização dos recursos municipais.

Diante do exposto, encaminhamos a Vossas Senhorias o presente Projeto de Lei, a fim de que seja apreciado **em caráter de URGÊNCIA, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa**.

Em anexo segue impacto orçamentário.

É a justificativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de março de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT PREFEITO MUNICIPAL